



ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS

Defender para Servir



COMUNICADO Nº 02/2018

É PARA SEREM CUMPRIDAS!

A Lei n.º 114/2017 que aprovou o Orçamento de Estado para 2018, entrou em vigor há cerca de dois meses e meio e muitas das suas normas esperam para serem regulamentadas e postas em prática.

Como se sabe, a Lei do Orçamento de Estado é aquela que define como o País e por consequência os seus Cidadãos se irão "governar" no período a que diz respeito.

Este Orçamento de Estado (OE) aprovado com os votos dos partidos de esquerda que sustentam o governo do PS na Assembleia da República, incorpora certas normas que vêm desanuiar um pouco a economia familiar e o futuro de todos os Militares e em particular das Praças das Forças Armadas. Só que como em tudo na vida, nada é perfeito e embora este OE contenha medidas positivas ele não foi tão longe como seria desejável, depois de tantos e tantos anos em que os vencimentos não foram revistos, as carreiras estiveram congeladas e em que os direitos nos foram sendo retirados.

Mas o mais importante é aquilo porque devemos lutar e defender, é que as Leis sejam cumpridas na íntegra e com celeridade. Todas as Leis! Não só aquelas que servem para retirar direitos e vencimentos, mas também aquelas que são feitas para os repor.

Vejamos.

O OE contempla no seu Artigo 19º que *"A expressão remuneratória do tempo de serviço nas carreiras, cargos ou categorias integradas em corpos especiais, em que a progressão e mudança de posição remuneratória dependam do decurso de determinado período de prestação de serviço legalmente estabelecido para o efeito, é considerada em processo negocial com vista a definir o prazo e o modo para a sua concretização, tendo em conta a sustentabilidade e compatibilização com os recursos disponíveis."*

De notar que desde 1 de janeiro deste ano, está consagrado que a progressão e mudança de posição remuneratória deve ser **considerada em processo negocial com vista a definir o prazo e o modo para a sua concretização**, o que até à data de hoje não aconteceu. Ou seja, O Governo através do Ministro da Defesa Nacional deveria ter dado início ao processo negocial ouvindo a Associação de Praças cumprindo a Lei que aprovou o OE e dando cumprimento ao determinado na alínea b) do artigo 2º da Lei n.º 3/2001.

Porque AS LEIS SÃO PARA SEREM CUMPRIDAS!



ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS

Defender para Servir



COMUNICADO Nº 02/2018

Diz também o OE no artigo 112º no seu n.º 1 que "*É garantido o reconhecimento geral e a contagem integral do tempo de serviço militar obrigatório e das eventuais bonificações a que haja lugar, para efeitos de aposentação ou reforma, independentemente de os beneficiários estarem abrangidos ou não por regimes de segurança social à data da prestação do serviço militar e sem necessidade de exigir o pagamento de contribuições ou quotizações.*", além de que no n.º 3 do mesmo articulado dá ao governo 30 dias a contar da entrada em vigor do OE para aprovar legislação para garantir e regulamentar o cumprimento desta norma. Ou seja, o governo mais uma vez está em incumprimento perante uma Lei que ele próprio exarou.

AS LEIS SÃO PARA SEREM CUMPRIDAS!

Camaradas, além destas questões existe uma, ainda mais antiga, que diz respeito ao nosso Estatuto.

O EMFAR foi aprovado em 29 de maio de 2015. Sofreu uma alteração em 2 de março deste ano através da Lei 10/2018. Mas ainda não foi regulamentada nenhuma norma a atribuir as funções para o posto de Cabo-Mor, posto este consagrado desde a publicação do EMFAR em 29 de maio de 2015...

AS LEIS SÃO PARA SEREM CUMPRIDAS!

A nós, Militares, tudo é pedido com base nas Leis que nos regem que são bastante restritivas dos direitos consagrados aos cidadãos que não os de uniforme.

Por isto temos que dizer bem alto que **AS LEIS SÃO PARA SEREM CUMPRIDAS! TODAS!**

A Associação representativa da Classe de Praças tem, de forma assertiva, batalhado e por vezes de forma desigual, na defesa intransigente dos nossos direitos.

Camaradas, apenas unidos seremos mais fortes.

Apenas unidos e solidários conseguiremos reverter estas injustiças de que somos alvo.

Se formos muitos, a luta pelos nossos direitos será mais eficaz e eficiente.

QUEM LUTA NEM SEMPRE GANHA, MAS QUEM NÃO LUTA PERDE SEMPRE!

A Direção

Lisboa, 16 de março de 2018